

# Experiências e desafios na construção de agendas feministas nos Territórios da Cidadania

Miriam Nobre, Renata Moreno, Sheyla Saori (orgs.)





# Experiências e desafios na construção de agendas feministas nos Territórios da Cidadania

Miriam Nobre, Renata Moreno, Sheyla Saori (orgs.)

São Paulo, novembro de 2015

## Experiências e desafios na construção de agendas feministas

### nos Territórios da Cidadania

Convênio nº 792028/2013 – DPMRQ/MDA



SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

#### **SOF – SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA**

Rua Ministro Costa e Silva, 36

05417-080 – São Paulo – SP

Fone/fax: (11) 3819-3876

www.sof.org.br • sof@sof.org.br

#### **EQUIPE EDITORIAL**

**ORGANIZADORAS:** Miriam Nobre, Renata Moreno, Sheyla Saori

**ELABORAÇÃO DE TEXTO:** Ariane Brunghara, Helena Zelic, Miriam Nobre, Renata Moreno, Sandra Maria da Silva, Sheyla Saori

**EDIÇÃO DE TEXTO:** Fernanda Sucupira

**PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:** Roberta Rangé

**FOTOS:** Ariane Brunghara, Sandra M. Silva, Larissa Costa, Sheyla Saori

**ILUSTRAÇÃO DA CAPA:** Laura Athayde

**IMPRESSÃO:** Pigma Gráfica e Editora LTDA

**TIRAGEM:** 1.000 exemplares

N754e

Experiências e desafios na construção de agendas feministas nos Territórios da Cidadania / Miriam Nobre, Renata Moreno, Sheyla Saori (Orgs.). São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2015.

40 p.

ISBN 978-85-86548-24-6

1. Feminismo 2. Mulheres rurais 3. Políticas Públicas 4. Territórios da Cidadania I. Título

CDD 305.42

# Índice

1. Apresentação	05
2. Auto-organização das mulheres	06
3. Os trabalhos, os tempos e a Economia feminista	09
4. Coletivo de Mulheres do Norte de Minas Gerais	14
• A participação de mulheres no Território da Cidadania e a articulação de políticas	15
• As marchas das mulheres como estratégia de visibilidade e luta	15
• Em luta pelo fim da violência	16
• Reconhecimento do trabalho das mulheres e produção agroecológica	17
• Desafios da auto-organização	18
5. Violência contra as mulheres rurais	19
6. Pescadoras artesanais do Rio de Janeiro	21
• Colônia de Pescadores Z20 de Itaperuna	23
• Cooperativa Arte Peixe	27
7. Normas Sanitárias	28
8. Cooperativa dos Artesãos de Guapiara- COOPAG	31
9. Auto gestão	33
• Os tempos	34
• Os recursos	34
• Conhecimentos e qualificação	35
• Relações interpessoais e tomada de decisão	36
10. Breve Balanço da SOF nos territórios de Cidadania	36
11. Bibliografia	40



## 1. Apresentação

Este caderno tem como fio condutor a experiência de mulheres organizadas de diferentes formas nos Territórios da Cidadania onde a SOF vem atuando, em busca do “Fortalecimento do desenvolvimento territorial pela atuação coletiva das mulheres rurais”. Esse projeto, iniciado em 2014, se realiza em convênio com a Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMR) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Como ponto de partida da atuação da SOF nos Territórios, compartilhamos as referências trazidas pela auto-organização das mulheres e pela economia feminista. Em seguida, estão os relatos de agricultoras, pescadoras e artesãs, organizadas em coletivos autônomos, em grupos produtivos de mulheres e no interior de organizações mistas. Suas trajetórias trazem à tona questões fundamentais para a agenda de construção e aperfeiçoamento das políticas públicas.

De Minas Gerais, as agricultoras familiares do **Coletivo de Mulheres Rurais do Norte de Minas**, que também reúne quilombolas e indígenas, nos apontam a permanência da **violência contra as mulheres no campo** e as políticas para enfrentá-las. Sua experiência é um exemplo de auto-organização das mulheres que combina formação, construção de ações próprias e em articulação com outros movimentos, bem como incidência nos

espaços participativos de seguimento das políticas públicas no território.

Do Rio de Janeiro, as pescadoras, auto-organizadas na cooperativa **Arte Peixe** e protagonistas da **Colônia de Pescadores Z20 de Itaperuna**, nos trazem o reconhecimento do trabalho realizado pelas mulheres na economia familiar da pesca artesanal. Elas também chamam atenção para as atuais **normas sanitárias**, consideradas um entrave à comercialização de artigos produzidos pelas mulheres, como os pescados processados.

De São Paulo, as artesãs da **Cooperativa de Artesãos de Guapiara** nos apontam os desafios comuns na trajetória de empreendimentos de economia solidária com a participação majoritária de mulheres. Com elas, avançamos na prática e na reflexão sobre uma **auto-gestão** que favoreça o envolvimento de todas, a autonomia e a perenidade do grupo.

Ao final, apresentamos um breve balanço da atuação da SOF junto a coletivos de mulheres do campo, das águas e da floresta de seis Territórios da Cidadania nesses estados. Procuramos evidenciar e ao mesmo tempo prestar o devido reconhecimento às mulheres rurais em movimento. Elas são fundamentais para que as políticas públicas para o fortalecimento de sua autonomia econômica sejam uma realidade em cada comunidade.



## 2.Auto-organização das mulheres

*“A auto-organização das mulheres é uma estratégia para transformar a correlação de forças e avançar na conquista de igualdade e liberdade para as mulheres. (...) A auto-organização tem como objetivo a construção de um sujeito político forte, capaz de formular plataformas de luta, ampliar a consciência e a ação feminista”* (SOF, 2015, p.61).

A conquista de direitos e de políticas públicas para as mulheres rurais sempre foi resultado de muita luta. E para que nos territórios as mulheres tenham acesso a essas políticas, a auto-organização tem sido uma estratégia fundamental.

Auto-organização é quando as mulheres se reúnem em grupos só de mulheres ou em espaços específicos nos movimentos mistos, compostos por mulheres e homens, como o movimento sindical. Esse é um princípio e uma prática fundamentais para a formação das mulheres, a partir de suas experiências e seus aprendizados. Nesses espaços de debate e formação, trocar saberes e histórias, compartilhar práticas e resistências, são ingredientes que geram um reconhecimento das mulheres como mulheres. Essas trocas permitem compreender que, apesar de se expressar de formas diferentes, existem muitas semelhanças na opressão que sofrem como mulheres em sociedades patriarcais como a brasileira.

A auto-organização das mulheres vai além da construção de espaços só das mulheres. Tem a ver com a construção coletiva das mulheres como um sujeito político, da definição das prioridades de reivindicações e demandas, e dos caminhos para alcançá-las. Assim, é nos espaços auto-organizados que são construídas as agendas políticas das mulheres, bem como suas estratégias e formas de ação.

Auto-organizadas e protagonistas de suas lutas, as mulheres enfrentam as desigualdades cotidianas que vivenciam no meio rural, ampliando sua autonomia e seu acesso às políticas. Em diferentes territórios, em todo o país, o fortalecimento desses processos organizativos busca reverter a *correlação de forças desfavorável às mulheres*, seja na vida privada seja no âmbito público.

Em seus processos organizativos, enfrentam na prática a visão que naturaliza a reduzida participação das mulheres na política. Em primeiro lugar, é preciso compreender que a política vai muito além de sua forma institucional. E que a baixa participação feminina está relacionada à construção social do que são espaços e atividades “de mulheres”; a participação política não é um fato dado. Mais do que um desinteresse das mulheres, o que existe é um processo de exclusão que passa por uma série de mecanismos, e o feminismo tem colocado em cheque essa exclusão, em um esforço de desnaturalização das práticas atribuídas a mulheres e homens nas nossas sociedades.

Assim, a construção da auto-organização precisa lidar com uma série de questões que se colocam no cotidiano das mulheres, e que muitas vezes se apresentam como obstáculos para a participação. Por existir a divisão sexual do trabalho e a separação entre mundo público e privado, muitas vezes as mulheres são empurradas para o espaço doméstico e desestimuladas a participar dos espaços da política, centrais para a ampliação de direitos. Por isso, uma estratégia para garantir a mobilização precisa considerar os dias e horários escolhidos para as atividades, à luz das tarefas domésticas e de cuidados realizadas pelas trabalhadoras. Outra preocupação é a garantia de espaços de recreação infantil, pois a ausência de equipamentos públicos como creches no meio rural faz com que muitas mulheres levem seus filhos às atividades.

Um dos ganhos concretos desses processos é o fato de que as mulheres passam a ser protagonistas não só de suas lutas, mas de suas próprias vidas. E, por isso, muitas vezes os maridos começam a questionar o sentido da participação, o fato de que está saindo muito de casa. Isso reforça a afirmação que o feminismo vem fazendo há muitas décadas de que “o pessoal é político”. A maioria das mulheres encontra em suas companheiras o incentivo a continuar participando, a carona, o acolhimento e o reforço de que esse espaço já está contribuindo para mudar suas vidas e conquistar direitos e políticas. Assim, a solidariedade entre as mulheres também é uma prática que se fortalece nos processos de auto-organização.



A experiência dos grupos de mulheres nos Territórios da Cidadania demonstra que a auto-organização é uma estratégia muito efetiva para seu reconhecimento como sujeitos políticos na comunidade como um todo, e nos espaços de participação e decisão nos territórios, como os colegiados territoriais. Nesses espaços, a partir da auto-organização, elas conseguiram assento e começaram a pautar suas demandas.

Quando as mulheres passam a colocar suas demandas no espaço público e político, contribuem para pôr fim à sua invisibilidade como trabalhadoras e agricultoras, ao mesmo tempo em que dão visibilidade ao problema concreto que existe nas comunidades de pouco acesso das mulheres às políticas públicas e aos direitos previstos por lei. A mediação e articulação entre as organizações de mulheres e gestores públicos são cada vez mais frequentes. Assim começam a se estabelecer parcerias para reuniões e acompanhamentos de atividades de interesse das trabalhadoras rurais.

Os gestores públicos são provocados a repensar a forma fragmentada usual na implementação das políticas públicas, para que tenham uma visão mais global das necessidades das pessoas que vivem e trabalham no campo, assim como das ações articuladas para atender a essas necessidades. Essa estratégia contribuiu para que passassem a ver as mulheres como parte do processo de produção e organização do trabalho no campo.

Mas esse processo não acontece sem conflitos e contradições, e as mulheres precisam estar sempre atentas e ativas para que tenham acesso às políticas e consigam superar estereótipos e discriminações que ainda hoje insistem em considerar seu trabalho apenas como uma ajuda. Manter as conquistas e evitar retrocessos também são desafios permanentes, considerando a rotatividade de gestores nesses espaços.

Outro sentido estratégico da auto-organização é a capacidade das mulheres de construir sua agenda política para o Estado e mais além. Ou seja, a partir de uma agenda própria, estabelecer relações com movimentos sociais mistos e influenciar para que estes também incorporem em suas demandas e práticas a construção da igualdade.

A articulação das mulheres e sua presença nesses espaços contribuem muito para ampliar a circulação de informação sobre as políticas públicas, e também sobre processos geradores de desigualdades entre mulheres e homens, suas causas e reflexos no cotidiano. Assim, o trabalho educativo e informativo sobre as políticas públicas busca constituir uma visão comum das mulheres, não apenas sobre como as desigualdades se materializam em suas vidas, mas também de que, frente a esse quadro, a organização das mulheres é capaz de provocar mudanças reais.



### 3. Os trabalhos, os tempos e a economia feminista

A partir das práticas das mulheres, o feminismo questiona a visão tradicional/hegemônica da economia, que justifica decisões políticas e econômicas que interferem no cotidiano de todas as pessoas com base em modelos matemáticos. O questionamento a essa visão dominante da economia parte da ideia de que a experiência de produção do viver não pode ser reduzida a um conjunto de números e fórmulas. Os especialistas argumentam que esses modelos matemáticos conseguem ser objetivos, e isso os tornaria mais acertados e legítimos para basear as decisões políticas.

Porém, o feminismo reforça o questionamento de que essa forma de pensar a economia é enviesada pela vivência e pelas visões dos homens. Além de reduzir a experiência de produção do viver de forma geral, também a reduz a apenas uma parte das atividades necessárias para mover a economia, aquela realizada no mercado, a partir do trabalho remunerado, da compra e venda de produtos. E isso exclui um conjunto de atividades, trabalhos e relações que não são monetizados, não circulam em troca de dinheiro, mas que sem eles a economia não pode se mover e nem a vida pode se reproduzir a cada dia. São atividades realizadas majoritariamente pelas mulheres, nos espaços domésticos e comunitários.

A economia feminista é uma forma de olhar para a economia tendo como referência o conjunto das atividades necessárias para a sustentação da vida, de analisar o sistema econômico a partir de sua capacidade de produzir qualidade de vida. Também é uma ferramenta para propor novas formas de organizar a economia, transformando as relações no sentido de gerar mais igualdade e redistribuição de trabalhos e riquezas (SOF, 2014).

Para transformar a economia, é preciso dar visibilidade e reconhecer todo o trabalho humano que garante a sustentabilidade da vida em sociedade. Ou seja, trabalho não é só aquele realizado em troca de remuneração como o emprego. Todas as tarefas que produzem as condições de vida – sejam para o consumo, como a comida preparada para o almoço, para as necessidades de limpeza e higiene, como a casa limpa e a roupa lavada, ou para a construção de vínculos entre as pessoas – demandam energia, tempo e habilidade de quem as realiza, e também precisam ser consideradas como trabalho.

O trabalho para o autoconsumo, o trabalho doméstico e os cuidados fazem parte da produção cotidiana do viver. Mas na sociedade capitalista e patriarcal, os trabalhos realizados pelas mulheres na horta e com os pequenos animais são vistos como uma extensão de suas tarefas domésticas, pois essas atividades, em sua maioria, são para o autoconsumo e não são remuneradas. A organização das mulheres rurais tem contribuído para o

reconhecimento dessas atividades como trabalho que aporta para a sustentação da vida.

A economia feminista, entendida como uma ferramenta para a compreensão da realidade e para sua transformação, amplia sua potência quando somada à experiência cotidiana de produção e luta das mulheres. Ela contribui para revelar as relações de poder, construções sociais e tensões que não permitem enxergar todos os trabalhos não remunerados como parte da economia.

O mecanismo para ocultar esses trabalhos não consiste apenas em desconhecer sua existência, mas em naturalizar essa experiência cotidiana feminina, como se fosse parte de suas atribuições como mulheres ou mães no espaço doméstico. Outro artifício é o de ocultar a relação entre tudo que é produzido na esfera doméstica e comunitária e a produção na esfera pública, que gera valor de troca e pode ser medida, vendida e comprada por meio do dinheiro. Quando olhamos para o funcionamento da economia e da sociedade como um todo iluminando essa esfera da reprodução, revelamos a interdependência entre os diferentes trabalhos e as diferentes esferas, assim como a interdependência entre as pessoas, e entre as pessoas e a natureza.

Outra experiência que se revela quando olhamos para a produção do viver a partir dessa perspectiva é a simultaneidade de atividades que compõem o tempo das pessoas, e particularmente o das mulheres. Elas transitam



entre os espaços considerados da produção e da reprodução, desenvolvem a capacidade de fazer várias tarefas ao mesmo tempo e ainda têm sempre a preocupação com as pessoas que delas dependem, sobretudo as pessoas que demandam mais cuidados e atenção permanente, por motivos de idade ou saúde.

O feminismo contribui para desnaturalizar práticas sociais profundamente enraizadas no cotidiano, como o fato de que as mulheres são as que menos dormem em uma família. Isso é resultado da divisão sexual do trabalho que separa e hierarquiza os trabalhos de

mulheres e homens, atribuindo a elas a responsabilidade com o trabalho doméstico e de cuidados, ao mesmo tempo em que as mulheres também realizam o trabalho considerado produtivo. E, além de organizar o cotidiano de famílias e comunidades, essa base das desigualdades de gênero reflete na falta de reconhecimento do Estado do trabalho das mulheres, o que limita o acesso à infraestrutura necessária para garantir melhores condições para sua produção. Um exemplo que chama muito a atenção é a ausência de reconhecimento do trabalho das mulheres como pescadoras artesanais. No relato das mulheres, a falta de infraestrutura e suporte para seu trabalho fazia com que elas dormissem muito pouco para que o pescado não estragasse.

Toda essa discussão, na perspectiva da economia feminista, se desdobra em contribuições para as políticas públicas e para uma reorganização da economia. O reconhecimento do trabalho das mulheres e de suas demandas pode contribuir para o olhar sobre o orçamento público e para a discussão sobre para onde os recursos devem ser direcionados de forma a redistribuir o investimento e a infraestrutura produtiva. Essa experiência, conhecida internacionalmente como “orçamentos sensíveis ao gênero”, pode se traduzir em uma discussão pública e política nos Territórios da Cidadania, de modo a democratizar a economia e as políticas públicas, como o Proinf.

O reconhecimento dos trabalhos das mulheres também tem contribuído para o de-





envolvimento de atividades de assistência técnica e extensão rural (Ater) que valorizam a experiência, as práticas e os saberes das mulheres rurais; consideram suas rotinas no desenho das atividades, visibilizam e apoiam a produção das mulheres, mesmo aquela que não tem como objetivo o mercado, como a produção para o autoconsumo.

A economia feminista permite recuperar o que as mulheres têm produzido a partir de suas práticas, colocando o cuidado da vida como um objetivo a ser perseguido. Isso significa valorizar o trabalho das mulheres não apenas em termos monetários, mas pelo próprio sentido e contribuição deste para a produção da vida, que envolve a construção de relações, a promoção de saúde e cuidados. Mas, além do reconhecimento, ainda é preciso avançar no sentido da redistribuição desse trabalho, seja no interior das famílias e comunidades, seja na sociedade por meio de políticas públicas do Estado. As políticas de socialização do cuidado de crianças, por exemplo, ainda são muito incipientes

no meio rural e demandam uma formulação condizente com a realidade do campo, das águas e da floresta. Ou seja, não basta utilizar o modelo urbano da educação infantil sem considerar as diferenças entre os horários, distâncias, estruturas de deslocamento e tempos que organizam a vida no meio rural.

A organização das mulheres, suas experiências, práticas e propostas políticas apontam caminhos para mudanças nas bases concretas e nas visões orientadoras do atual modelo de desenvolvimento, que o reduz ao crescimento ilimitado. Com a perspectiva da economia feminista, esses caminhos construídos pelas mulheres questionam a própria noção de desenvolvimento, afirmando a soberania sobre os territórios, a soberania alimentar e a agroecologia, a redistribuição dos trabalhos domésticos e de cuidados, bem como a redistribuição da riqueza, no sentido da construção de relações baseadas na igualdade, liberdade e autonomia, assim como na relação harmoniosa com a natureza.









#### 4. Coletivo de Mulheres do Norte de Minas

A organização das trabalhadoras rurais é uma marca do norte de Minas Gerais. A participação das mulheres em processos de articulação já acontecia nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e junto a organizações do campo agroecológico, mas foi em 2008 que as mulheres decidiram se auto-organizar com mais autonomia e, em 2010, formaram a Associação do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas.

As mulheres do coletivo são diversas: quilombolas, geraizeiras, caatingueiras, vazanteiras, agricultoras familiares, atingidas por barragens, pela monocultura do eucalipto ou pela mineração, assentadas da reforma agrária e trabalhadoras rurais de mais de vin-

te municípios, que compõem os Territórios da Cidadania Alto Rio Pardo e Serra Geral. A relação do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas com a SOF começou com o trabalho de formação que a SOF desenvolveu entre os anos de 2009 e 2012, sendo retomada ao longo de 2014. A demanda de formação das mulheres da região envolvia os temas da organização produtiva e do enfrentamento à violência – algo que sempre existiu. Naquele momento as mulheres encontraram espaço e se sentiram à vontade para falar sobre isso nos grupos.

*“Trabalhamos o nosso planejamento das reuniões junto com as pautas dos trabalhos da SOF, foi uma dobradinha. E foi neste momento que nos fortalecemos.” (Maria de Lourdes Souza)*



### **A participação das mulheres no Território da Cidadania e a articulação de políticas**

O colegiado territorial começou a funcionar no mesmo período em que o coletivo se organizava de forma regional. O coletivo passou a ter uma cadeira nesses espaços e a participação das mulheres no colegiado garantiu a visibilidade de questões que antes não apareciam, demandas concretas e projetos das mulheres nos dois Territórios da Cidadania.

Mas, assim como acontece em diversos espaços em que a lógica patriarcal predomina, as propostas das mulheres encontraram resistência, e foi por meio da auto-organização e da articulação política que elas conseguiram avançar. Um exemplo foi a organização em torno dos projetos do Proinf, a partir da associação de mulheres quilombolas que é parte do co-

letivo. Quando o projeto foi apresentado no colegiado do Território da Cidadania de Serra Geral, foi negado e o argumento utilizado foi de que a mulher faz parte da família, que os projetos deveriam ser coletivos e não específicos para as mulheres. Essa visão foi votada no colegiado, mas o projeto foi para a avaliação no Ministério do Desenvolvimento Agrário, onde se verificou a necessidade de retomar o projeto com as mulheres. Em 2013, o projeto voltou para o colegiado para que as demandas das mulheres fossem inseridas, mas no âmbito municipal o projeto não foi concretizado.

### **As Marchas das Mulheres como estratégia de visibilidade e luta**

Os espaços de formação, a articulação e a participação nos Territórios da Cidadania

são reforçados pela realização das Marchas das Mulheres do Norte de Minas. Nessas marchas, as mulheres dão visibilidade para suas propostas e reivindicações, para a sua produção como agricultoras e demonstram sua força como sujeito político organizado.

A primeira marcha aconteceu em Montes Claros, em 2010, quando o coletivo estava no processo inicial de formação e ampliação, reunindo 400 mulheres. As marchas são realizadas em um esquema de rodízio entre as cidades nas quais as mulheres estão organizadas e dispostas a receber a ação.

Na segunda marcha, que aconteceu entre Nova Porteirinha e Janaúba, em 2011, mil mulheres participaram em uma demonstração de sua capacidade organizativa.

*“Nesta marcha ninguém acreditava que a gente iria conseguir se organizar, dizendo que a gente ia dar vexame. Quando a gente conseguiu colocar aquele monte de mulher atravessando a ponte de uma cidade para a outra, todo mundo ficou assustado. Nem sindicato, nem polícia e nem as pessoas das ruas acreditavam no que estavam vendo. Eles diziam que apoiavam, mas não acreditavam na gente.” (Maria de Lourdes Souza)*

A ampliação da participação das mulheres nas marchas é crescente, assim como a participação ativa nos espaços de decisão, dos sindicatos e dos conselhos, no cotidiano da articulação política no Norte de Minas e também em âmbito estadual e nacional.

*“As companheiras saem mais fortalecidas destas marchas e isso incentiva cada vez mais suas participações.” (Maria de Lourdes Souza)*

## Em luta pelo fim da violência

Esse processo de organização e mobilização possibilitou que assuntos antes ocultados viessem à tona, particularmente as denúncias de violência contra as mulheres.

No documento da terceira marcha, que reuniu 2 mil mulheres em Taiobeiras, em 2012, afirmaram: “A violência contra as mulheres é tema recorrente, em todas as versões da marcha, denunciemos todas as formas de violência contra as mulheres, cobrando medidas, políticas públicas e incentivando a organização das mulheres.” Além da violência doméstica, elas também tornaram públicas denúncias, como o caso de um dirigente sindical acusado de assediar sexualmente as trabalhadoras, em 2011<sup>1</sup>.

Assim, no enfrentamento à violência, o coletivo articula diferentes estratégias: “Nós mulheres norte mineiras e todas as mulheres do mundo queremos dar um basta na violência. É uma luta constante que já custou a vida de muitas companheiras. Não queremos somente denunciar e cruzar os braços queremos combater, contribuir na elaboração e construção de propostas,

<sup>1</sup> Nota disponível em: <http://migre.me/sdsxe>



pela gravidade do problema muito precisa ser feito, é urgente o investimento em prevenção e combate a todo e qualquer tipo de violência contra as mulheres.”

No contexto da terceira marcha, as mulheres do norte de Minas participaram ativamente da construção e do debate sobre a criação da Unidade Móvel de combate à violência contra as mulheres, mas o governo do estado não disponibilizou unidades para a região. Além disso, em alguns municípios, as “patrulhas rurais” passaram a incorporar a função de combater a violência contra as mulheres, acompanhando as denúncias das mulheres rurais. As equipes das patrulhas agora são compostas por uma policial mulher, uma psicóloga, uma assistente social, alguém da área da saúde e uma advogada. Após a denúncia, há o acompanhamento da equipe com a mulher que sofreu violência. Essa iniciativa tem coibido os casos de violência. Essa experiência foi uma inovação em termos de política pública e foi incorporada como reivindicação da Marcha das Margaridas em 2015.

### **Reconhecimento do trabalho das mulheres e produção agroecológica**

Outra estratégia do coletivo é dar visibilidade ao trabalho das mulheres na construção da agroecologia. A partir da terceira marcha, foram organizadas oficinas sobre agroecologia, reciclagem, combate alternativo de pragas e

doenças, homeopatia, tecelagem, beneficiamento de frutas nativas. Além das oficinas, são realizadas feiras com os produtos das mulheres.

*“A gente tem muita coisa: doce, compotas, biju, farinha, artesanatos... É muita coisa. De encher o olho e o coração” (Maria de Lourdes Souza)*

Na quarta marcha, em Porteirinha, a feira cumpriu com esse objetivo de mostrar para toda a comunidade a produção das mulheres e isso fortaleceu as reivindicações dessa mobilização. A comercialização sempre foi e segue sendo um desafio, assim como políticas públicas que fomentem a produção. As mulheres questionam o fato de que, quando chegam os recursos, são só para custeio e muito pouco para os investimentos necessários. Além disso, os créditos são inacessíveis.

*“O Proinf a gente nunca chegou a acessar, porque os projetos são aprovados em nível federal, mas não se concretizam, porque ficam nas prefeituras e a gente nem sabe o que está acontecendo. Existe o programa de cisternas, a gente inicia a produção, mas esbarra na comercialização. A inspeção sanitária ainda é muito limitante para beneficiamento dos produtos das mulheres.” (Maria de Lourdes Souza)*

Nesse caso, as mulheres avaliam que houve muito acesso ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), mas a goma, os biscoitos, entre outros produtos processados, têm exigências sanitárias diferentes que as impedem de comercializá-los.

*“Eu não aguento tanta humilhação, não tem água para beber, mas tem para a mineração”<sup>2</sup>*

A quinta Marcha das Mulheres do Norte de Minas aconteceu junto com a quarta Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, em abril de 2015. Três mil mulheres participaram dessa ação que aconteceu em Varzelândia.

A resistência aos projetos de mineração no Norte de Minas, que já tinha aparecido desde a terceira marcha, em 2012, foi um dos temas centrais da marcha de 2015. Na defesa dos “territórios das mulheres”, como seu corpo e o lugar onde se vive, se trabalha e se desenvolvem as lutas e as relações comunitárias, as mulheres afirmaram sua resistência à violência do machismo, e à violência imposta pelas grandes empresas sobre os territórios.

Essa agenda de luta é protagonizada pelas mulheres do norte de Minas, que denunciam os projetos de exploração de ferro e ouro de empresas como a Vale e a Carpathian Gold, que contaminam a água e a terra, e violam os direitos das mulheres e das comunidades tradicionais nos processos de licenciamento ambiental para a instalação dos projetos. A reivindicação foi incluída na pauta da Marcha das Margaridas 2015, na qual onde se demanda o cancelamento da licença da Carpathian Gold e o não licenciamento dos minerodutos para a SAM – Sul Americana de Metais SA, em decorrência dos impactos

<sup>2</sup>Música cantada pelas mulheres na Quinta Marcha, em 2015.

ambientais e sociais que têm causado nas regiões onde estão instaladas<sup>3</sup>. A resistência das mulheres se afirmou por meio da construção da agroecologia, da auto-organização e da solidariedade feminista.

Entre as reivindicações centrais da V marcha do coletivo esteve a regularização do território quilombola do Brejo dos Crioulos e uma política de restrição da implantação dos grandes projetos como a mineração e barragens em áreas ocupadas pela agricultura familiar e camponesa e pelos povos e comunidades tradicionais.

### **Desafios da auto-organização**

A experiência do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas nos fala muito sobre a construção de um caminho próprio pela organização das mulheres, e também sobre o fortalecimento das lutas locais e regionais por meio da articulação com mobilizações nacionais, como a Marcha das Margaridas e a Marcha Mundial das Mulheres.

As mulheres identificam alguns desafios para sua organização, como a confusão de informações e o desafio de colocar novos temas em debate, como a questão da sexualidade.

*“A gente se ajuda, quem tá disponível vai e participa, mas temos ainda o limite de ampliar*

<sup>3</sup> Caderno de pautas da Marcha das Margaridas 2015 disponível em: <http://migre.me/sdtbq>



*nossas parcerias, decidir e definir quem são os parceiros, justamente porque sabemos que somos uma organização de mulheres com assuntos das mulheres.” (Maria de Lourdes Souza)*

Estamos em marcha, sempre em movimento, não estamos esperando, estamos fazendo, construindo, denunciando, plantando e colhendo, estamos sempre lutando<sup>4</sup>. Estaremos sempre em marcha, até que todas sejamos livres!<sup>5</sup>

## 5. Violência contra as mulheres rurais

O tema da violência contra a mulher surgiu em todas as atividades, nos seis territórios trabalhados neste projeto.

<sup>4</sup> Documento da 3ª marcha

<sup>5</sup> Documento da 4ª marcha

No Dicionário Crítico do Feminismo, Carne Alemany define violências como: “As violências praticadas contra as mulheres devido ao seu sexo assumem diversas formas. Elas englobam todos os atos que, por meio de ameaça, coação ou força, lhes infligem, na vida privada ou pública, sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos com a finalidade de intimidá-las, puni-las, humilhá-las, atingi-las na sua integridade física e na subjetividade”. (2009, p. 271)

As violências vivenciadas e relatadas pelas mulheres se expressam de diferentes maneiras. A *violência institucional* é percebida quando os projetos específicos de mulheres não são aprovados no conjunto do colegiado territorial, por não ser importante ou pela justificativa de que a mulher faz parte da família, e, portanto, não é necessário ter um projeto só delas. Também percebemos essa violência quando um técnico que realiza atendimento direto faz piadas com a



informação da baixa renda gerada pela agricultura. Os casos de *violência psicológica* são apresentados quando as mulheres relatam que seus companheiros e filhos mais velhos desvalorizam suas atividades e reuniões, afirmando que elas perdem tempo com coisas que não têm valor e que o melhor é ficar em casa. A *violência patrimonial* se percebe nos relatos de mulheres que já tiveram seus canteiros de hortas destruídos, por seus companheiros/maridos, quando elas se ausentavam para participar de reuniões ou outras atividades externas. Os casos de *violência doméstica, física e sexual* são menos socializados pelas mulheres. Porém, essa invisibilidade não significa que ocorram em menor grau.

Os territórios, principalmente no meio rural, são locais com pouca infraestrutura quando comparados a centros urbanos ou regiões metropolitanas. São locais com acesso limitado pelas condições das estradas, as distâncias entre as comunidades e as cidades são maiores, possuem maior deficiência de energia elétrica e, portanto, de iluminação pública, além de apresentarem baixa presença de unidades de saúde, escolas e outros serviços de atendimento. Essas características inerentes aos territórios influenciam as possibilidades de denúncias e contribuem para que os casos de violência permaneçam existindo.

As mulheres rurais, quando buscam por socorro, recorrem mais a familiares (especialmente pais e irmãos) e outras pessoas próximas. Os serviços mais formais – polícia,

médicos e conselheiros – são em torno de quatro vezes ou mais menos procurados nas áreas rurais, com a exceção do caso da procura de médicos, que aparece como o caminho formal mais aberto para mulheres no campo (Scott *et al*, 2010, p.75).

Os problemas gerados pela situação social e econômica do território possuem conexão com o grau de violência existente no núcleo familiar, e, principalmente, contra a mulher. Mas, no meio rural, o fato de as mulheres não cumprirem com as tarefas domésticas é largamente apresentado como justificativa pelo agressor (Schraiber e Oliveira, 2002). Os atos de violências são justificados pelos homens por meio de discursos de que as mulheres eram inúteis, más administradoras da casa e “gastadeiras”, dizendo que o dinheiro não era suficiente para garantir o sustento da família. (Roure e Coelho, 2014).

Os Territórios da Cidadania são definidos principalmente pelo baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), ou seja, são populações de baixa renda, com insegurança alimentar, vivendo constantes conflitos fundiários, êxodos rurais e com deficiência no acesso a algumas políticas públicas. Sendo assim, é possível supor um maior grau de violência contra a mulher, quadro que se agrava principalmente pelas dificuldades de acessar serviços de atendimento especializado à mulher.

As Unidades Móveis de Enfrentamento à Violência contra as mulheres do campo, da

floresta e das águas vem aproximando o atendimento às mulheres. Seu funcionamento deve se articular com centros de apoio que deem continuidade ao processo. Embora aumente a presença de Centros de Referência da Mulher, e ainda que a maioria dos municípios possua serviços dos CREAS, CRAS e Delegacias Especializadas, ainda há muito o que fazer para instituir ações estratégicas e políticas públicas para que as mulheres rurais vivam uma vida sem violência.

É dentro dessa realidade que o Coletivo de Mulheres do Norte de Minas constrói mobilizações e propostas, tendo conseguido ressignificar a função da “Patrulha Rural”, vinculada à polícia municipal. Na região, ela passou a ser composta por uma equipe multidisciplinar, com advogadas, agentes de saúde e assistentes sociais para tratar da violência contra as mulheres. A quinta Marcha das Margaridas, realizada em 2015, retoma essa proposta e

tem como conquista a instalação das “Patrulhas Rurais Maria da Penha”, na prevenção e no atendimento às mulheres vítimas de violência, inicialmente em 17 municípios.

## 6. Pescadoras artesanais do Rio de Janeiro

A pesca artesanal é caracterizada por trabalhadoras e trabalhadores ribeirinhas(os) e de comunidades litorâneas. A atividade é considerada tradicional por sua continuidade de práticas e saberes, revelando uma riqueza cultural e importante a ser preservada. A pesca, e toda a cadeia que engloba sua produção, é feita por homens e mulheres. Porém, aqui se reproduz a divisão sexual do trabalho, na qual o ato da pesca é considerado uma ação própria dos homens. Embora muitas mulheres pesquem, ainda persiste uma construção







social em certas comunidades de que “mulher no barco é mau-agouro” (Silva e Leitão, 2012, p. 12). As mulheres, em sua maioria, conser-tam e confeccionam apetrechos, como redes e boias, realizam a limpeza do pescado e seu beneficiamento para agregação de valor.

A partir de 2003, as pescadoras e os pescado-res passaram a ter o Registro Geral da Pesca e a ser enquadrados como segurados da pre-vidência social, com direito aos auxílios do-ença e por acidente de trabalho, bem como ao seguro desemprego, nos períodos em que a pesca é interdita para assegurar a repro-dução dos peixes, o chamado defeso.

O reconhecimento da pesca artesanal como atividade familiar muitas vezes implicou na marginalização de mulheres solteiras ou com dificuldades de comprovar a identidade por meio dos companheiros ou dos pais. Isso pode se tornar um problema quando mulheres que vivem da pesca na colônia com seus respec-tivos companheiros se separam e vão morar em outro lugar longe do ex-marido. Mesmo o retorno dessa mulher para a colônia pode não garantir seus direitos e seu reconhecimento como pescadora.

A Colônia de Itaperuna está entre aquelas que reconhecem o trabalho de manutençõ-de redes e processamento de pescados reali-zado majoritariamente pelas mulheres como parte indissociável da pesca artesanal. Sua atuação já era uma referência para o conven-cimento de outras colônias que não consi-



deravam as mulheres que os realizam como pescadoras. Torna-se ainda mais importante quando esse trabalho passa formalmente a ser considerado como apoio à pesca.

O Decreto nº 8.425 de abril de 2015, que define novas regras sobre a definição de pescador artesanal, vem sendo questionado por organizações da categoria, como o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil, Articulação Nacional das Pescadoras (ANP), a Comissão Nacional de Fortalecimento das Resex Costeiras e Marinhas (CONFREM) e a Comissão Nacional das Comunidades Caiçaras (CNCC)<sup>6</sup>. Para elas, a categoria de “trabalhador e trabalhadora de apoio à pesca artesanal” fragmenta a atividade, invisibiliza parte dela e nega identidade e direitos trabalhistas e previdenciários a milhares de mulheres pescadoras. A categoria de “pescador exclusivo” desconhece a realidade da economia familiar que combina a atividade da pesca a agricultura para autoconsumo, turismo de base comunitária e artesanato, atividades na maioria das vezes realizadas pelas mulheres.

### Colônia de pescadores Z20 de Itaperuna

A Colônia de Pescadores Z20 de Itaperuna no Rio de Janeiro reabriu em 2005 após estar paralisada por vinte anos. Virgimar Magalhães participou desse momento de reto-

<sup>6</sup> Ver: <http://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com.br/2015/06/governo-brasileiro-rasga-direito-de.html>. Acesso em: 13 de setembro de 2015

mada e desde então é presidente da colônia. Virgimar vem de uma família de pescadoras e após alguns anos como professora pública retomou em 1997 a atividade da pesca.

*“No início, encontramos os pescadores na linha de miséria. Andavam descalços, roupa remendada, e com bicicleta de carga com caixa de peixe na garupa. O próprio município não reconhecia a atividade de pesca artesanal. Foi um desafio no começo, principalmente para mim como mulher e para todas as mulheres, que só consideravam a atividade como ajuda do marido. No começo, só vinham homens nas reuniões e eu comecei a informar dos direitos das mulheres. Na época, as mulheres começaram a vir, e se formou um grupo de mulheres com apoio da SOF.”*

Em 2007, elas começaram a participar do Colegiado Territorial do Território da Cidadania do Noroeste do Rio de Janeiro e conseguiram alguns projetos. As pescadoras e pescadores artesanais puderam com o colegiado apresentar suas necessidades e demandas. Na primeira reunião do colegiado de que as mulheres participaram, elas foram em um grupo de dez mulheres e demandaram uma vaga na coordenação.

*“Sentimos a força que a gente tinha naquele espaço, porque estávamos representadas igualmente e com o mesmo direito a voto que os secretários das prefeituras.”*

Ainda em 2007, conseguiram um caminhão pelo Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

(Proinf). Num primeiro momento, a prefeitura se apropriou da gestão do caminhão porque não confiava que a colônia tinha produção para utilizá-lo. A Secretaria do Desenvolvimento Territorial do MDA intercedeu e o caminhão foi retomado pela colônia, que hoje faz entregas ao PAA com ele. Também estabeleceram outras parcerias que permitiram melhorias na estrutura, como a feita com o Rio Rural, programa do governo do Estado do Rio de Janeiro, e com o Mesa Brasil, programa do Sesc.

As mulheres pescadoras passaram a conhecer seus direitos: o Pronaf, por exemplo. No banco sempre havia entraves, ninguém conseguia dar informação correta, elas nem eram recebidas. O marido já tinha acessado o Pronaf B e a mulher não conseguia acessar o crédito. Agora, o gerente do banco fica chateado quando não é convidado para as reuniões. As mulheres acessam mais o Pronaf B, e ainda não houve nenhuma experiência de acesso ao Pronaf Mulher. A colônia também participa do programa de documentação da trabalhadora rural. A parceria com organizações da agricultura familiar e com órgãos públicos deu certo e permitiu que as pessoas possam ter informações, tirar dúvidas, ter seus documentos. Todas e todos têm a DAP. Mas ainda há casos de pescadores sem carteira de pesca e a colônia os ajuda na montagem do processo.

Desde então, a colônia já participou de feiras grandes e entregou para o PAA almôndegas de peixe. Hoje não entrega mais por

falta de estrutura de produção. Mas essa vontade ainda existe, e algumas mulheres entregam individualmente para o PAA e outras para o PNAE.

*“Hoje, a gente tem moto, carro, freezer para armazenar o peixe. Através da participação no Colegiado Territorial conseguimos acessar o Pronaf, Proinf e tirar o atravessador da comercialização. Os pescadores vendem direto na feira. Hoje as pessoas vivem bem, moram bem, em casas de alvenaria. Pegaram o Pronaf, acessaram os programas e conseguiram pagar as parcelas. Hoje, numa reunião, as mulheres falam, reivindicam, participam dos espaços. Brigam pelos preços na hora da negociação, defendendo os produtos delas.”*

Mas ainda há dificuldades na gestão de alguns projetos porque os recursos passam pelo poder público local.

*“Ficamos dependendo da boa vontade de alguns prefeitos e secretários para viabilizar algo para a categoria da pesca. Há casos de isolamento de comunidades por conta de problemas políticos. Por isso, hoje a gente tenta fazer toda a gestão dos programas, como o PAA, de forma autônoma: uso e gestão do caminhão. Para não ter problemas políticos. E a gente toma conta e tem cuidado com as nossas coisas. Porque tudo foi muito difícil para conseguir e não queremos ver as coisas se acabarem.”*

***E no futuro?***

*“Daqui a cinco anos nos vemos com uma boa infraestrutura de beneficiamento, aumentar para 15 mil quilos de pescado. A gente quer montar uma cooperativa de pesca estadual para viabilizar a comercialização destes produtos e que as mulheres também consigam retomar seus produtos da pesca para comercialização. E, nossa, como já mudou: hoje as pessoas nos respeitam.”*

Marta Costa Paz da Colônia de Pescadores de Itaperuna também compartilha conosco sua história e conta como graças à organização sua vida foi melhorando.

*“Meu pai faleceu e vim com a minha mãe para a colônia. Era muita dificuldade porque não tínhamos como armazenar o peixe. A gente perdia muito ou então salgava para poder guardar. Em 2005, Virgimar fundou a colônia, o que trouxe muito benefício para mulheres e homens. Quando me separei, eu entrei na colônia, já conhecia a Virgimar e eu vendia o peixe na cidade. Eu deixava meus filhos na creche e saía para trabalhar. Não tinha dado entrada na carteira da pesca. Eu tinha que vender tudo para poder voltar para casa. Virgimar me procurou, sabendo da minha história com a pesca e que consegui criar meus filhos com esta atividade. Tirei minha carteira de pesca em 2007 e agora tenho direitos e seguro defeso. E trabalho mesmo, sei fazer de tudo um pouquinho: fazer tarrafa, pescar e limpar.*

Veio o projeto Rio Rural e veio material de pesca e freezer através da colônia. Até barco veio, veio cursos de escamas e filetagem. Muita coisa mudou, se a gente se organizar melhor

a gente consegue até fazer mais um ganho. A gente tem que ter muita união para ir para frente. Mas a gente deve se sentir segura, ter organização e confiança umas com as outras. A gente não tinha nem energia, o peixe era colocado vivo no viveiro ou na salmoura para comer. Os vivos a gente vendia na BR para os carros que passavam. Hoje tem comercialização com peixarias, PAA por conta das condições de armazenagem. Agora eu posso dormir mais, antes você nem dormia por conta das perdas e do tempo para não estragar o peixe. Hoje você sabe que o peixe tá lá armazenado e já vendido. Então você dorme tranquila.

Eu gosto de fazer muitas atividades em grupo e se tivessem mais mulheres com a mesma vontade eu me juntaria para fazer mais um ganho, porque daí a gente iria dividir os trabalhos e não iria sobrecarregar ninguém. Lá em casa todo mundo sabe mexer com peixe, todos os meus [nove] filhos, e eles me ajudam muito. Eu tive pouco estudo e eles já conseguem estudar mais.

Tenho um sonho de ter casa própria e tentar montar algum comércio próprio: pirão de peixe, peixe frito, abrir algum negócio. Já tá muito bom, mas se a gente tiver condições de ter um pouco mais é melhor, né?

*“Nunca é tarde para recomeçar, lutando a gente vence.”*





## Cooperativa Arte Peixe

Em fevereiro de 2007, cerca de vinte pescadoras da Praia de Atafona, em São João da Barra, Território da Cidadania do Norte do Rio de Janeiro, se uniram para fundar a Cooperativa Arte Peixe. A maioria dessas mulheres já realizava informalmente o trabalho de descascar camarão e filetar peixes para aumentar a renda familiar, e a organização na cooperativa permitiu qualificar o beneficiamento do pescado e incrementar a renda.

Essas mulheres produzem hambúrguer, croquete, linguiça de peixe e camarão, o que foi essencial para retirar o trabalho das mulheres da invisibilidade e garantir seu empoderamento e autonomia econômica. “Um de nossos diferenciais é preparar os produtos com metade do pescado inteiro e metade processado. Queríamos que nossos produtos tivessem o sabor fresco do peixe e do camarão, por isso eles são 100% naturais, sem adição de qualquer conservante”, dizia Jacira da Penha Pires, antiga presidenta da cooperativa, falecida em 2012.

Atualmente o principal dilema desse grupo é não conseguir o registro de inspeção municipal e nem o estadual para ampliar o mercado de vendas. Com uma produção ainda sucinta, pela ausência desse selo, as mulheres lembram a importância da feira organizada regularmente pelo MDA, que incentivava a produção das cooperativas e garantia uma venda mais expressiva, chegando a mais de 400 quilos nos quatro dias de feira.

Também relataram que o início das instalações do Porto do Açú em São João da Barra impediu que os e as pescadoras artesanais pudessem retirar o peixe, conforme faziam há centenas de anos, e que isso tem gerado muita dificuldade para o grupo. Agora precisam comprar peixe de grandes produtores, já que estão impedidas de pescar, sendo que antes elas próprias pescavam e beneficiavam o peixe. “O Porto do Açú abalou bastante a pesca. Hoje a gente está se adaptando, mas acho que o impacto maior prejudicou bastante o pescador. O pescador está tendo que ir cada vez mais longe buscar seu peixe”, diz Fernanda Pires.

Depois de muita luta, essas mulheres conseguiram apoio da prefeitura municipal, que concedeu uma câmara fria e um espaço de beneficiamento. Atualmente, acessam diversos projetos de empresas privadas e entes públicos que permitiram a compra de maquinários, como despaldadeira, misturador e embutidora, e assim possibilitaram uma venda mais regular de, em média, 300 quilos mensais.

Para elas, que consideram o projeto recente, a troca de experiências com outros empreendimentos, grupos de mulheres e assistências é muito enriquecedora para o crescimento da cooperativa. Fernanda explica que “as meninas da cooperativa são muito unidas. Pelo fato de ser uma experiência nova para todo mundo, já que a maioria de nós éramos donas de casa, sem trabalho formal, acho que, cada vez que participamos de reuniões e de encontros, vemos também as dificuldades de outros empreendi-

mentos. Com a SOF, por exemplo, já fizemos vários encontros, e acho importante porque nos fortalece. Ouvimos a experiência de outra pessoa e levamos para o nosso negócio.”

A obtenção do selo que regulamentará as vendas é um dos maiores objetivos para o futuro da cooperativa, mas as integrantes afirmam que não irão “ficar paradas esperando”. Com os projetos que conquistaram recentemente, irão investir o dinheiro arrecadado, procurar mais pontos de venda no município e apostar no diálogo maior com a comunidade, por meio de panfletagens.

“A gente fala muito em empreendimentos de mulheres, hoje em dia. Quanto mais apoio e reconhecimento, melhor. Hoje estamos muito mais fortalecidas, hoje é diferente e estamos mais conscientes do que precisamos fazer na cooperativa.”

## 7. Normas sanitárias

“A inadequação das atuais normas sanitárias ao modo de produção de base artesanal e familiar se constitui em uma das principais barreiras para o acesso da agricultura familiar aos mercados formais. (...) Este cenário contribui para que parte considerável da produção das mulheres tais como ovos, galinha caipira, queijos, polpa de frutas, panificados, entre outros, não seja comercializada

nos mercados formais, inclusive o PAA e o PNAE” (Mulheres e Agroecologia, 2014).

As regras sanitárias que orientavam a ação dos agentes públicos estavam muito distantes da realidade de agricultoras, extrativistas e pescadoras familiares. Baseavam-se na realidade das grandes agroindústrias que processam enormes quantidades e comercializam em longas distâncias. Movimentos sociais da agricultura familiar, de comunidades tradicionais, da economia solidária, movimentos ligados à produção e consumo de alimentos vêm questionando o caráter excludente dessas normas. Elas mantinham na ilegalidade milhares de produtoras e ameaçavam de desaparecimento práticas culturais de beneficiamento dos alimentos.

Uma primeira resposta às demandas dos movimentos foi a criação, em 1991, do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa). O Suasa começou a sair do papel quando foi regulamentado em 2006. Ele padroniza e harmoniza a inspeção sanitária com base na equivalência dos serviços de forma descentralizada e integrada, entre a União, que coordena o sistema através do Ministério da Agricultura e Pecuária, estados e Distrito Federal, e municípios. O Suasa é formado por quatro subsistemas relacionados à inspeção dos produtos de origem animal, vegetal, insumos agrícolas e pecuários. Sua implantação se iniciou pelo Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi-POA).



O Suasa possibilita a comercialização dos produtos inspecionados por qualquer uma de suas instâncias em todo o território nacional. A descentralização do serviço tende a facilitar os trâmites de aprovação e registro dos projetos agroindustriais.

Estados e municípios aderem de forma voluntária ao Suasa, mediante apresentação de plano de trabalho e comprovação de estrutura e equipe compatível com as atribuições. Os municípios podem apresentar a adesão individualmente ou integrando consórcios. Para integrar um consórcio, o município deve primeiro criar seu próprio serviço, inclusive por meio de legislação municipal, o Serviço de Inspeção Municipal (SIM). Os municípios de um consórcio podem compartilhar a estrutura do serviço: equipe técnica de inspeção, veículo, computador, telefone e sala de trabalho.

Até 2014, já haviam aderido ao sistema sete estados (Bahia, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina) e o Distrito Federal, dez serviços municipais (Alegrete-RS, Cascavel-PR, Erechim-RS, Glorinha-RS, Rosário do Sul-RS, Santa Cruz do Sul-RS, Santana do Livramento-RS, São Pedro do Butiá-RS, Miraguaí-RS e Uberlândia-MG-) e dois consórcio de municípios (Consad – São Miguel do Oeste-SC e Codevale – Anaurilândia-MS).

Encontravam-se em processo de adesão oito estados (São Paulo, Tocantins, Mato Grosso,

Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Pará, Ceará, Maranhão), mais de trinta municípios e mais quatro consórcios municipais.

Embora o Suasa se oriente pelas boas práticas de fabricação, inicialmente pouco mudou na prática para o registro de produtos da agroindústria familiar. As mudanças começaram a vir por outro órgão de controle, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Anvisa. “A vigilância sanitária promove o controle sanitário dos alimentos, estabelecendo as regras a serem cumpridas, avaliando as condições higiênicas e tecnológicas da cadeia de produção e monitorando a qualidade dos alimentos disponíveis no mercado, por meio de análises laboratoriais.” As secretarias estaduais e municipais da saúde são os pontos de referência da Anvisa.

Em 2013, a Anvisa publicou a Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) nº 49, após ampla consulta pública. Ela adequa os procedimentos exigidos para a realidade do microempreendedor individual, empreendimento familiar rural e empreendimento econômico solidário, sem comprometer a saúde da população.

Essa resolução representa uma “mudança de paradigma” do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, rompendo com posturas mais policiais e punitivas que caracterizam a atuação de muitos de seus agentes. Os agentes de vigilância sanitária devem ser reconhecidos como profissionais que, além de prevenir riscos e evitar que as pessoas fi-

quem doentes, possam ser agentes de desenvolvimento, para estimular a integração da agroindústria familiar ao mercado formal e contribuir com a distribuição de renda. Essa mudança é parte dos esforços de inclusão produtiva e melhoria das condições de trabalho e renda das pessoas que integram o Programa Brasil Sem Miséria (Schottz, Cintrão e dos Santos, 2014).

A cozinha foi aceita como local de produção. Produtos considerados de baixo risco podem ser regularizados mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), documento que comprova a condição de agricultor familiar, ou da DAP Jurídica a órgãos locais da Anvisa. A classificação como alto e baixo risco é feita pelos órgãos de vigilância sanitária conforme informações epidemiológicas, considerando a capacidade dos serviços, os costumes, os conhecimentos tradicionais, a escala de produção. Pães, biscoitos, bolos, farinha de mandioca tendem a ser classificados como de baixo risco. Outros produtos, como geleias e conservas, podem ser classificados de alto risco. O acompanhamento técnico da produção pode ser feito por profissionais da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) ou voluntários (Anvisa, 2014, pp. 16, 19, 20).

A resolução é muito positiva, mas sua implantação ainda é um desafio. A carta do encontro temático “A atuação das mulheres na construção da soberania e segurança alimentar e nutricional”, realizado em julho de 2015,

e preparatório à 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, demanda que a RDC nº 49 seja implementada com garantia de respaldo da atuação dos fiscais.

Em junho de 2015, o lançamento do Plano Safra 2015/2016 traz para o Suasa a mudança de paradigma proposta pela Resolução 49: ações de inspeção de caráter orientador e a garantia da qualidade. O Decreto 8.471, de 22 de junho de 2015, estabelece normas específicas para agricultura familiar e suas organizações e define a agroindústria artesanal. O registro sanitário de unidades de processamento para venda direta ao consumidor final de pequenas quantidades foi simplificado podendo ser feito pela internet.

As agroindústrias de pequeno porte, com área útil construída não superior a 250 m<sup>2</sup>, podem desenvolver mais de uma atividade ou abater diferentes espécies de animais e utilizar equipamentos simples e adaptados. Quando têm até seis trabalhadores, podem dispor de apenas um sanitário e vestuário. Até dezembro de 2015, o Ministério da Agricultura e Pecuária deve definir normas específicas de defesa agropecuária, condições estruturais e controle do processo para instalações destinadas ao abate ou industrialização de carne; processamento de pescado, leite, ovos, produtos das abelhas ou seus derivados; produção de bebidas.

Espera-se, assim, regularizar a produção de queijos artesanais, muitos deles patrimônios

culturais; permitir que pescadoras artesanais que processam mariscos e pescados, extrativistas e agricultoras que produzem polpas de frutas, entre tantas outras, retomem o mercado institucional, e que as atividades realizadas pelas mulheres rurais sejam valorizadas.

## 8.Cooperativa dos Artesãos de Guapiara - Coopag

Alice de Oliveira está na origem da Cooperativa dos Artesãos de Guapiara, São Paulo. Em 2005, ela participava de um grupo informal de artesãs, que foi ficando cada vez mais conhecido na região e com muita saída de produtos. Assim, elas sentiram a necessidade de se formalizar, ter CNPJ, máquina de passar cartão, nota fiscal. Primeiro surgiu Cooperativa dos Artesãos de Guapiara (Coopag) e a Associação veio depois, em 2012, para conseguirem ocupar um prédio público, que hoje é a sede dos trabalhos. As mulheres protagonizaram as atividades desde o início e contaram com o apoio da Secretaria de Assistência Social do município. Desde 2010, 48 mulheres de diversas faixas etárias estão envolvidas na cooperativa. Elas são uma referência na organização e produção de artesanato na região do Sudoeste Paulista.

A organização da cooperativa se dá por meio de grupos de afinidades. “Fibras e Laços” é o grupo que Alice integra, que trabalha com palhas e fibras naturais na confecção de va-

sos, potes, bonecas, flores, bandejas, chapéus e outros produtos. Alice, por exemplo, planta seu próprio milho crioulo e obtém palhas de variadas cores para confeccionar seus produtos. Além desse grupo, há o “Sonho Meu”, que confecciona edredons e almofadas de patchwork, composto por mulheres do bairro Capela do Alto; o “Mãos de Fada”, com trabalhos de crochê; o “Ponto Averso”, com mulheres bordadeiras do Bairro dos Motas; o “Arteiras de Guapiara”, com peças decorativas e utilitárias; os grupos “Tecelart” e “Sonhos e Tramas”, com vestuários de tricô e tear. Os grupos “My Bag” confeccionam bolsas e os grupos “Cores e Sabores” e “Sabor da Terra” produzem conservas, pães, biscoitos, refeições para eventos.

Pelo menos uma vez por mês há reuniões entre as cooperadas. A cooperativa possui um espaço cedido pela prefeitura municipal e estrutura para produção, mas a maioria das mulheres ainda prefere trabalhar em casa, próximas aos filhos. Elas já fizeram cursos de administração, gestão e cooperativismo, mas avaliam que é preciso trabalhar mais a gestão com base nos princípios da economia solidária. Na maioria dos grupos, a produção é individual e a venda é conjunta, quando uma começa a vender mais do que a outra a dinâmica do grupo é negativamente afetada. A qualidade dos produtos dos grupos que integram a cooperativa é muito boa, o desafio maior é construir uma gestão compartilhada, em que todas se fortaleçam.



Elas gostariam de ter cursos de formação política, o que contribuiria para ampliar sua participação nos espaços de decisão da cidade ou região. Fazem parte do Colegiado Territorial do Sudoeste Paulista, onde sentem muito apoio e a possibilidade de interlocução com as prefeituras. No entanto, os diálogos com o poder executivo local nem sempre são fáceis ou positivos, o que termina por dificultar o acesso a algumas políticas públicas. Elas gostariam de ter maior independência da cooperativa e depender menos de diálogos cansativos com os poderes públicos locais. O apoio da prefeitura foi muito importante no começo e foi diminuindo com o passar dos anos. Ao mesmo tempo esse apoio criou certa relação de dependência que pode ter limitado as iniciativas das mulheres. O fato de a cooperativa ter mais autonomia não quer dizer que não necessite de políticas públicas de fortalecimento de suas iniciativas. Um exemplo disso é o da comercialização. Algumas integrantes da cooperativa chegaram a colocar seus produtos no mercado local, mas para seguir em frente era preciso ter rótulo com informações nutricionais. É preciso encontrar um equilíbrio na relação com o poder público local, que seja não de assistencialismo, mas de apoio sustentado ao longo do tempo.

A presença da articuladora do colegiado e o acompanhamento da SOF têm permitido um maior conhecimento sobre as políticas para as mulheres e seus direitos, como o acesso à seguridade social. Todas as mulheres rurais agricultoras da cooperativa possuem

DAP e algumas entregam para programas como o PAA e o PNAE.

A força da cooperativa está no esforço cotidiano das artesãs e na qualidade dos produtos que elas fazem. Elas reconhecem que quanto mais unidas, mais organizadas, mais oportunidades elas terão. A participação em feiras e eventos é muito valorizada para dar visibilidade aos seus trabalhos: “sozinhas não somos nada”.

A sustentabilidade da cooperativa e a autonomia das mulheres que dela participam podem vir da compra e venda de seus produtos. E essa autonomia começa em fazer a mulher acreditar que vai dar certo, como Alice relata:

*“Quando você começa a produzir e não tem retorno inicial, muitas pessoas e até mesmo sua família, seu marido e seus filhos, dizem que não vale a pena e que é uma perda de tempo. Depois disso, sem incentivo, elas perdem a vontade de produzir e acreditar nos trabalhos delas.”*

Acreditar no seu trabalho foi para Ione Manfrim integrante do grupo Sabor da Terra, o resultado de seu engajamento na cooperativa. Antes ela fazia doces em casa sozinha. Ela começou porque muitas frutas e hortaliças orgânicas que produzia não eram consideradas de boa aparência para venda in natura. Inconformada com o desperdício, ela começou a fazer doces e conservas. “Eu coloco tudo no vidro!”. No começo, ela fazia para consumo doméstico e para oferecer às visitas. Um

dia, um vizinho gostou da ideia e encomendou molho de tomate. Ela pedia aos vizinhos caixas de tomates maduros que não iam para o mercado e fazia molho. Depois lhes retribuía com molhos. Ione não parou mais e hoje nem precisa pedir caixas de tomate que seriam jogadas fora. Os vizinhos já levam para sua casa, às vezes como doação, às vezes com um preço bem inferior ao mercado.

Participando das atividades de formação, ela entendeu o que era uma organização e descobriu que havia mais mulheres e outras pessoas que se interessavam pelos produtos. Antes ela não imaginava que conseguiria ganhar dinheiro com o próprio trabalho doméstico: fazer doces, bolos, e outros produtos alimentícios. A atividade com a alimentação, o bufê, veio depois para agregar mais valor aos trabalhos que ela já fazia.

*“O que mais me fascina é o próprio significado da cooperativa: cooperação. Não me vejo mais trabalhando sozinha, e trabalhar organizada com outras pessoas me deixa mais segura para seguir.”*

O trabalho em grupo permite compartilhar o tempo de trabalho na produção, o cuidado dos filhos e parentes idosos. A família se envolve, torce para que tudo dê certo. Mas ainda é difícil que entendam os tempos e as responsabilidades no cuidados dos outros. Quando as mulheres trabalham em seu próprio domicílio e sozinhas, muitas vezes a demanda de cuidados dos outros faz com

que acabem desistindo do trabalho remunerado. Trabalhar em grupo e na cooperativa permitiu a Ione determinar o tempo para se dedicar à produção dos alimentos que lhe assegura renda.

## 9. Autogestão

A gestão compartilhada e de forma autônoma é um desafio permanente para os empreendimentos de economia solidária. Os grupos produtivos de mulheres rurais compartilham muitos desses desafios, mas as formas de resolvê-los partem de sua construção social e da realidade vivida como mulheres e rurais.

Muitas agricultoras, pescadoras e artesãs iniciam seus trabalhos produtivos no âmbito doméstico para garantir recursos, mesmo que reduzidos, para os gastos da casa. A partir disso, percebem que a vizinha ou uma parente próxima também se identifica com o trabalho: elas se juntam com mais outras mulheres e começam a construir planos, seja no salão paroquial ou em uma das casas da vizinhança. Com a união mais solidificada, as mulheres mostram a necessidade de se organizar mais e buscar formas alternativas para comercializar seus produtos. Muitas ideias e tentativas surgem: vão às feiras, aproveitam caronas para ir até a cidade e vender seus produtos, colocam os pescados frescos nas bicicletas para vender

aos seus clientes, fazem cestas de verduras excedentes das hortas para consumidores urbanos ou trocam itens produzidos com as próprias pessoas da comunidade.

Com enorme criatividade, as mulheres vão administrando a gestão do tempo, dos recursos, da qualificação e das relações interpessoais.

### *Os tempos*

Muitas são as limitações existentes em relação à divisão do tempo com as atividades da casa e as atividades de produção agrícola ou artesanal. Mesmo existindo infraestrutura e local próprio para o grupo de mulheres se organizar, com um lugar comum de produção e encontros, muitas mulheres ainda preferem realizar seus trabalhos de produção de maneira individual e em casa, com a justificativa de conseguir conciliar os afazeres e cuidados com a família. Há muitos casos de grupos que se queixam dos trabalhos em hortas coletivas, dizendo que não há equilíbrio entre o tempo despendido por cada participante e por isso, é melhor cada mulher ter sua horta de forma individual, em seu próprio quintal.

Sabemos que o reduzido tempo que a mulher se dedica à sua organização, muitas vezes não é por falta de vontade de participar. As mulheres vivem em uma sociedade patriarcal: muitas vezes são desencorajadas pelos maridos e filhos em iniciar alguma atividade fora de casa, cuidam de filhos(as) pequenos(as) e idosos, sem contar com creches ou outras

pessoas que compartilhem os cuidados. Há aquelas que simplesmente são proibidas de sair ou participar de reuniões, mesmo na comunidade onde vivem.

Por outro lado, há mulheres que percebem como a organização do grupo as ajudou em muitos aspectos de sua vida, não apenas pela autonomia financeira, mas pelas conquistas de direitos e qualidade de vida. A organização trouxe infraestrutura adequada para os trabalhos: a vinda de energia elétrica e freezer para armazenar o pescado permitiu que as pescadoras “dormissem mais cedo e tranquilas”, sem a preocupação de comercializar o peixe logo após a pesca. Cursos e capacitações permitiram que as mulheres se especializassem no empreendimento. Também quando conseguem organizar seu trabalho fora do domicílio envolvem outros familiares na realização do trabalho doméstico. Como nos relataram mulheres do Quilombo de Peropava, em Registro, São Paulo:

*“Trabalhar em grupo rende mais o serviço, a produção em matéria de quantia de produto e rende muito mais do que plantar um pouquinho aqui sozinha.” (Grupo Peropava)*

### *Os recursos*

É muito importante que todas as participantes de um grupo produtivo se apropriem da gestão econômica: conheçam os custos de produção e os recursos provenientes da comercialização de seus produtos.



Nos Territórios da Cidadania de São Paulo, a SOF realizou uma oficina de formação de preços da produção dos grupos, com base na metodologia proposta pelo Programa de Formação em Gestão do GT de mulheres da ANA. Nessa atividade, foi possível perceber como cada mulher considera seu trabalho. Pedimos para que elas anotassem os itens e a infraestrutura necessária à produção, com o objetivo de obter os valores reais de custos e preços de venda de seus produtos. No meio de calculadoras e contas, as mulheres se demonstraram solidárias àquelas que não conseguiam obter os resultados, além de trocarem informações sobre como adquirir produtos mais baratos, otimizar compras de materiais e sobre as feiras da região para exposição dos produtos. Algumas mulheres afirmaram que nunca tinham pensado nos números “miúdos” dos custos de produzir, muitas vezes vão para as feiras ou vendem seus produtos na comunidade sem contabilizar os valores financeiros exatos. Também disseram que pensar as contas com as outras integrantes do grupo fica mais fácil.

### *Conhecimentos e qualificação*

Muitas vezes, as mulheres se reúnem para realizar atividades aprendidas na socialização de gênero feminina como beneficiamento de alimentos (pães, geleias, conservas), costura e artesanato. Muitas vezes, estas são as únicas atividades em capacitação disponíveis para elas.

Valorizar as atividades consideradas femininas implica também em reconhecer a qualificação das mulheres, que é naturalizada por ter sido apreendida em sua socialização de gênero. As mulheres agricultoras são profundas conhecedoras da seleção de sementes, domesticação de espécies, experimentos de combinação entre plantas que asseguram a qualidade da dieta familiar, a estabilidade do ecossistema e a biodiversidade. Elas orientam a produção por critérios próprios como, por exemplo: vaca que produz pouco leite, de modo que não seja necessário ordenhá-la todos os dias, milho que não dá caruncho, feijão que cozinha rápido. Essas práticas são reunidas na agroecologia e a qualificação das mulheres é na verdade um aprimoramento que passa por favorecer o intercâmbio de conhecimentos entre elas.

Muitos grupos produtivos de mulheres que fazem artesanato e costura se iniciam quando umas começam a ensinar às outras. Apenas quando esse conhecimento coletivo chega ao limite é que elas procuram apoio externo. Em geral, relacionado com partes da atividade consideradas masculinas, como a manutenção de máquinas ou a comercialização. A socialização de gênero feminina, reforçada na educação formal, tende a criar um estranhamento das mulheres em relação às máquinas, à chamada “tecnologia dura”. No entanto, mais que saber operar as máquinas, conhecer seu funcionamento é fundamental para romper a fragmentação e a alienação no trabalho, bem como permitir recriá-las segundo critérios das próprias mulheres e não aqueles da economia capitalista.

Esses critérios podem estar relacionados à redução da penosidade do trabalho (peso, esforços repetitivos), custos (de energia elétrica, água), mas, sobretudo, ao controle do ritmo de trabalho.

### *Relações interpessoais e tomada de decisões*

O horizonte de uma gestão baseada nos princípios da economia solidária é um funcionamento não burocrático que permite compartilhar o poder de forma horizontal na equipe de trabalho. Esse funcionamento se caracteriza pela tomada de decisão por consenso; uma divisão do trabalho que valoriza não a especialização de funções, mas um reconhecimento igualitário de todas as funções e certa rotação das tarefas; mecanismos de integração das novas; circulação de informações para evitar o desenvolvimento de poder vertical; atribuição não hierárquica do espaço; mecanismos para conciliar a eficácia e o bem-estar das pessoas, o racional e o afetivo (por exemplo um ponto na agenda da reunião do grupo para saber como cada uma está se sentindo).

Muitas vezes, algumas mulheres terminam centralizando diversas funções do grupo, como representações em reuniões ou feiras. Elas se queixam do acúmulo de tarefas e responsabilidades. Para enfrentar esse dilema, é necessário ocupar-se de forma permanente com o lugar e o papel das integrantes na organização. Isso implica, entre outros exemplos, organizar grupos de trabalho como espaços alternativos de poder; favorecer um clima de apoio, ajuda mútua e solidariedade

entre as integrantes, criando laços baseados na disponibilidade, escuta, cumplicidade e respeito mútuo.

Tomar decisões por consenso favorece o compromisso de todas. Mas, a busca pelo consenso é um processo que deve considerar a expressão de divergências de opiniões e interesses e ser inclusivo. O consenso como regra pode mascarar divergências e acumular insatisfações, terminando com a saída de integrantes ou o fracionamento do grupo. A horizontalidade também deve ser vista como um compromisso político e um processo que não é isento de contradições, como, por exemplo, a dificuldade do grupo de tomar decisões ou o debate em torno à especialização e às habilidades.

A autogestão demanda objetivos comuns, relações de confiança e a criação e recriação ao longo do tempo de mecanismos que permitam tratar os conflitos, sobrepor as adversidades e crescer com as possibilidades que se abrem.

## **10. Breve Balanço da atuação da SOF nos Territórios da Cidadania**

O projeto “Fortalecimento do desenvolvimento territorial pela atuação coletiva das mulheres rurais” vem sendo realizado pela SOF – Sempre-viva Organização Feminista, em convênio com a Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em seis Ter-

ritórios da Cidadania. São eles: Alto Rio Pardo e Serra Geral, em Minas Gerais; Norte e Noroeste, no Rio de Janeiro; Sudoeste Paulista e Vale do Ribeira, em São Paulo. Entre julho de 2014 e agosto de 2015, foram realizadas 28 atividades de debate e formação, envolvendo 549 mulheres rurais.

O atual projeto parte dos aprendizados do projeto “Capacitação, monitoramento e articulação das políticas do MDA nos territórios da cidadania, fortalecendo as mulheres rurais como sujeitos políticos e sociais”, realizado pela SOF em convênio com a DPMR/MDA entre 2009 e 2013. Naquela ocasião, a SOF atuou em 50 Territórios da Cidadania em 18 estados, visando ampliar e qualificar o acesso das mulheres assentadas e agricultoras familiares às políticas do MDA<sup>7</sup>.

As estratégias utilizadas para tanto foram a formação e a auto-organização das mulheres. A formação implicou em momentos de análise da realidade, conhecimento das políticas públicas existentes e formulação de propostas, tanto para que essas políticas se concretizassem nas localidades como para aprimorá-las. A auto-organização das mulheres buscou sua constituição como sujeitos políticos coletivos, com capacidade para negociar as propostas formuladas em espaços de concertação, como são os Colegiados Territoriais.

O Colegiado Territorial é composto por representantes das três esferas do governo

---

<sup>7</sup> Para um relato deste processo ver Butto, Dantas, Hora, Nobre e Faria (org.) 2014.

(nacional, estadual e municipal) e da sociedade. Entre suas várias responsabilidades está a elaboração ou aperfeiçoamento dos Planos de Desenvolvimento Territoriais, que definem as prioridades de investimento de recursos nos Territórios da Cidadania. Para ampliar a participação das mulheres nas decisões sobre os territórios onde vivem, e fortalecer suas iniciativas econômicas, a SOF procurou constituir comitês territoriais de mulheres e identificar e fortalecer grupos produtivos de mulheres.

Neste atual projeto, o caminho que se desenhou foi o de retomar o contato com os grupos de mulheres que anteriormente participaram dos comitês. No caso de Minas Gerais, esses grupos permaneceram articulados no Coletivo de Mulheres do Norte de Minas. Nos casos do Rio de Janeiro e de São Paulo, foi preciso retomar o contato com cada grupo, tendo fluído melhor com grupos produtivos. A fim de engajar os grupos nas atividades previstas no projeto, adequou-se a agenda inicialmente proposta a temas de interesse dos grupos, como a violência contra as mulheres e a autogestão, anteriormente relatados.

O debate em torno das políticas públicas de fortalecimento das mulheres rurais – Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural (PNDTR), Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – é pauta



permanente, posta pelo projeto e de interesse dos grupos. Sempre há mulheres que não conheciam essas políticas e que passam a entendê-las como direito. Sempre há novos desafios na sua concretização em cada comunidade. Mas também sempre há novidades decorrentes da qualificação das políticas para envolver mais as mulheres e ampliar seu alcance. São exemplos disso: a definição de cotas de público e de recursos para atividades com mulheres, na chamada da Ater Agroecologia, que se realizou a partir de 2014, e os recursos do PAA para grupo com maioria de mulheres entre seus integrantes a partir de 2011. Ou seja, as políticas de fortalecimento das mulheres rurais estão em constante aperfeiçoamento para fazer frente ao machismo ainda presente na sociedade e na estrutura de Estado.

Os debates realizados no âmbito deste projeto se enriqueceram e ao mesmo tempo contribuíram para o fortalecimento de atividades do movimento de mulheres. Jornadas do movimento como a quinta Marcha do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas, a quarta ação internacional da Marcha Mundial das Mulheres e a quinta Marcha das Margaridas também foram construídas pelas mulheres desses Territórios da Cidadania. Ao mesmo tempo, as pautas de reivindicações dessas ações foram conteúdo de formação neste projeto.

Houve também temas propostos pelo projeto que precisam de maior discussão para que de fato sejam incorporados como agenda pe-

los grupos participantes. A socialização do trabalho doméstico relaciona-se aos usos do tempo pelas mulheres, debate que perpassou várias das discussões realizadas ao longo deste projeto. O funcionamento de um grupo produtivo de mulheres está sempre marcado pelo comprometimento que elas têm com o cuidado de seus familiares. Mas ainda há um debate a se fazer para a construção de propostas que rompam com a ideia naturalizada de que é muito caro e difícil o provimento de serviços públicos de qualidade no meio rural ou que sejam uma simples transposição de modelos urbanos.

É, portanto, necessário continuar aprofundando o debate, para consolidar agendas no marco das políticas públicas existentes e inventando novas. Esse processo interno a cada grupo de mulheres participante e nos espaços comuns entre os grupos propiciados por este projeto precisa incidir nos Colegiados Territoriais. O desafio posto é que os colegiados ampliem sua compreensão sobre desenvolvimento, o que vai muito além da infraestrutura econômica. Os colegiados podem organizar consórcios para a operação das Unidades Móveis para o Atendimento às Mulheres do Campo e da Floresta Vítimas de Violência. Podem considerar a existência e o funcionamento de serviços públicos de educação, saúde e socialização do trabalho doméstico. A ideia mesma de desenvolvimento, então, se expande para territórios onde a cidadania se concretiza na experiência de outras formas de relação entre as pessoas e delas com a natureza.



SEM FEMINISMO  
NÃO HÁ AGROECOLOGIA

O SINDICATO STIR DE NOVA ORTEIRINHA  
APOIA E ACREDITA NO TRABALHO DA MULHER  
PELO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

MULHERES  
VENCIDAS  
STIR

NAS JAM  
MÁS, A L





## 11. Bibliografia

ALEMANY, Carme. Violências. In: Hirata, Helena et al (orgs.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: UNESP, 2009.

ANVISA. Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária RDC 49/2013. Norma comentada. Brasília: Anvisa, 2014. <http://migre.me/sdv6X>, consultado em 10 de agosto de 2015.

BUTTO, Andrea; DANTAS, Conceição; HORA, Karla; NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu (orgs.). Mulheres Rurais e Autonomia. Formação e Articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania. Brasília, MDA, 2014.

GT MULHERES DA ANA. Mulheres e Agroecologia. Brasília: CONTAG, 2014.

ROURE, Sarah; COELHO, Sonia. “Desafios para enfrentar a violência transformando as bases da desigualdade”, in MORENO, Renata. (org.). Feminismo, Economia e Política. Debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres. São Paulo: SOF, 2014, p.73-103.

SCHRAIBER, Lílian; D’OLIVEIRA, Ana Flavia. “Draft Country Report: Who Multi Country Study on Women’s Health And Domestic Violence Against Women, Brazil”. W6/181/13. São Paulo, 2002.

SCHOTTZ, Vanessa; CINTRÃO, Rosângela e DOS SANTOS, Rosilene. “Convergências entre a Política Nacional de SAN e a construção de normas sanitárias para produtos da agricultura familiar”, in Revista VISA em Debate vol. 2 nº 4. Rio de Janeiro: Fio-cruz, 2014, pp. 115-123.

SCOTT, Parry; CORDEIRO Rosineide; MENEZES, Marilda. Gênero e geração em contextos rurais. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010, pp.75-76.

SILVA, Vera Lúcia; LEITÃO, Maria do Rosário. Regularização Jurídica da Pesca Artesanal no Brasil e o problema do reconhecimento do trabalho profissional das pescadoras. Trabalho apresentado na 17ª REDOR, João Pessoa, 2012. Disponível em <http://www.ufpb.br/evento/liti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/viewFile/230/103>, consultado em 28 de outubro de 2015.

SOF. Feminismo em marcha para mudar o mundo. Trajetórias e práticas das mulheres em movimento. São Paulo: SOF, 2015.

SOF. Para entender a economia feminista e colocar a lógica da vida em primeiro lugar. São Paulo: SOF, 2014.





Diretoria de  
**Políticas para Mulheres Rurais**

Ministério do  
**Desenvolvimento Agrário**

